

# Sumário

---

*Prefácio*, xxxix

*Nota do autor*, xli

- 1 Conflitos, interesses e pretensões. Lide. Mecanismos de composição da lide. Processo. Princípios gerais e constitucionais do direito processual, 1**
  - 1 Sociedade, direito e lide, 1
  - 2 Conflitos e insatisfações, 1
  - 3 Mecanismos de composição da lide, 2
    - 3.1 Noções gerais, 2
    - 3.2 A autodefesa ou autotutela, 3
    - 3.3 A autocomposição, 4
    - 3.4 A mediação e o processo, 4
  - 4 O processo, 6
    - 4.1 Ciclo histórico da evolução da justiça privada para a justiça pública, 6
    - 4.2 Ação, jurisdição e processo, 7
    - 4.3 Origem da expressão *due process of law*, 8
    - 4.4 Processo e Estado, 8
    - 4.5 Estado e o monopólio da administração da justiça penal, 9
    - 4.6 Teoria unitária e teoria dualista, 10
    - 4.7 Direito Processual e direito processual, 11
    - 4.8 Princípios gerais do direito processual, 12

- 5 Princípios constitucionais do direito processual, 13
  - 5.1 Princípio do juiz natural e o *promotor natural*, 13
  - 5.2 Princípio do devido processo legal, 15
  - 5.3 Princípio da ação ou da demanda. Processo inquisitivo, acusatório e adversarial, 15
  - 5.4 Princípio da igualdade e o *favor rei*, 18
  - 5.5 Princípio do contraditório e da ampla defesa. Ampla defesa e plenitude da defesa, 19
  - 5.6 Princípio da publicidade, 25
  - 5.7 Princípio da motivação das decisões judiciais, 27
  - 5.8 Princípio da inadmissibilidade da prova ilícita, 28
  - 5.9 Princípio do duplo grau de jurisdição, 29
  - 5.10 Princípio da verdade processual, 31

## 2 Processo Penal Constitucional, 41

- 1 Introdução, 41
- 2 Distinção entre direito e garantia, 42
- 3 Direitos e garantias expressos nos tratados internacionais de direitos humanos, 44
- 4 O Tribunal Internacional Penal, 50
- 5 Princípios constitucionais do processo penal, 52
  - 5.1 Rol dos princípios constitucionais do processo penal, 52
  - 5.2 Princípio da presunção de inocência, 52
  - 5.3 Princípio da individualização da pena, 54
  - 5.4 Princípio da proibição do dever de depor contra si, 59
- 6 Regras e princípios, 65
  - 6.1 Distinção entre princípios e regras, 65
  - 6.2 Conflito entre princípios e regras, 66
  - 6.3 O postulado da proporcionalidade, 66
  - 6.4 Distinção entre razoabilidade e proporcionalidade, 67
- 7 Regras constitucionais do processo penal, 68
  - 7.1 Rol de regras constitucionais do processo penal, 68
  - 7.2 Regra da inviolabilidade do domicílio, 68
  - 7.3 Regra da inviolabilidade do sigilo da correspondência, 69
  - 7.4 Regra da inviolabilidade do sigilo das comunicações, 69
  - 7.5 Regra da inadmissibilidade da submissão à identificação criminal do civilmente identificado, 69
  - 7.6 Regra de que ninguém será levado à prisão ou nela mantido, 71
  - 7.7 Regra da comunicabilidade do preso, 72

- 7.8 Regra da iniciativa privativa do Ministério Público nos crimes de ação penal pública, 73
- 8 Interceptação telefônica, 74
  - 8.1 Introdução, 74
  - 8.2 Direito à intimidade e à vida privada, 74
  - 8.3 Prova ilícita e prova ilegítima. “Admissibilidade da prova ilícita”, 77
  - 8.4 Antecedentes, 78
  - 8.5 Conceitos básicos, 79
  - 8.6 Objeto da lei, 80
  - 8.7 A constitucionalidade do parágrafo único do art. 1º, 80
  - 8.8 Requisitos, 82
  - 8.9 Sujeito passivo da interceptação, 83
  - 8.10 Extensão subjetiva da prova obtida pela interceptação, 83
  - 8.11 Extensão objetiva da prova obtida pela interceptação, 83
  - 8.12 Aproveitamento da prova em outro processo, 84
  - 8.13 Iniciativa, 85
  - 8.14 Competência, 85
  - 8.15 Prazo, 86
  - 8.16 Rito probatório, 86
  - 8.17 Oportunidade, 87
  - 8.18 Do crime definido no art. 10, 87
  - 8.19 A Resolução 59/08, 88
- 9 Crimes hediondos e equiparados, 88
  - 9.1 Antecedentes, 88
  - 9.2 Crimes hediondos, 88
    - 9.2.1 Rol de crimes hediondos, 88
    - 9.2.2 Rol de crimes assemelhados, 90
    - 9.2.3 Regime jurídico dos crimes hediondos e assemelhados, 91
    - 9.2.4 Delação premiada, 92
    - 9.2.5 Da proteção aos réus colaboradores, 94
  - 9.3 Tráfico, 95
    - 9.3.1 Rol dos crimes de tráfico, 95
    - 9.3.2 Regime jurídico dos crimes de tráfico, 96
  - 9.4 Tortura, 96
    - 9.4.1 Antecedentes, 96
    - 9.4.2 Conceito, 96
    - 9.4.3 Definição típica, 97
    - 9.4.4 Elementares, modalidades e causas de aumento de pena, 98

- 9.4.5 Sujeito ativo, 99
  - 9.4.6 Efeitos da condenação, 100
  - 9.4.7 Regime jurídico dos crimes de tortura, 100
  - 9.4.8 Hipótese de extraterritorialidade da lei, 101
- 9.5 Terrorismo, 101
  - 9.5.1 Conceito universal, 101
  - 9.5.2 O terrorismo no Brasil, 103
- 10 Outras previsões constitucionais, 104
  - 10.1 Assistência judiciária, 104
  - 10.2 Indenização por erro judiciário, 105
  - 10.3 Gratuidade do *habeas corpus* e *habeas data*, 105
  - 10.4 Duração razoável do processo, 105
  - 10.5 Juizados Especiais Criminais, 105
- 3 **Aplicação da lei processual penal no tempo, no espaço e sua interpretação. Fontes do direito processual penal, 112**
  - 1 Eficácia da lei processual penal no tempo, 112
  - 2 Eficácia da lei processual penal no espaço, 114
  - 3 Interpretação, 115
    - 3.1 Noções, 115
    - 3.2 Interpretação autêntica, 116
    - 3.3 Interpretação doutrinal, 116
    - 3.4 Interpretação judicial, 116
    - 3.5 Interpretação gramatical ou literal, 116
    - 3.6 Interpretação lógica, 116
    - 3.7 Interpretação sistemática, 116
    - 3.8 Interpretação histórica, 117
    - 3.9 Interpretação extensiva e restritiva, 117
    - 3.10 Interpretação analógica, 117
    - 3.11 Analogia, 118
  - 4 Fontes do direito processual penal, 118
- 4 **Do inquérito policial, 121**
  - 1 Inquérito policial: conceito, 121
  - 2 Da atribuição, 121
  - 3 Objetivo do inquérito policial, 123
  - 4 Finalidade do inquérito policial, 124
  - 5 Natureza do inquérito policial: características, 125
  - 6 Escrito, 125



- 7 Sigiloso, 125
- 8 Inquisitivo, 126
- 9 Informativo, 127
- 10 Não contraditório, 128
- 11 Oficialidade, 129
- 12 Oficiosidade, 130
- 13 Indisponibilidade, 130
- 14 A incomunicabilidade, 130
- 15 Como se inicia o inquérito policial?, 132
- 16 Instauração *ex officio*, 132
- 17 Instauração por meio de requisição, 133
- 18 Instauração por meio de requerimento, 133
- 19 Instauração pelo auto de prisão em flagrante, 135
- 20 Inquérito policial nos crimes de ação penal privada, 135
- 21 Inquérito policial nos crimes de ação penal pública condicionada à representação ou à requisição, 135
- 22 Prazo de conclusão do inquérito, 136
- 23 Relatório, 136
- 24 Destino do inquérito, 137
- 25 Providências do Ministério Público, 137
- 26 Súmula 524 do STF, 138
- 27 Em caso de arquivamento, cabe ação penal privada subsidiária da pública?, 138
- 28 Arquivamento implícito, 138
- 29 A investigação criminal pelo Ministério Público, 138
- 30 Indiciamento, 143
- 31 Confissão extrajudicial, 144
- 32 Arquivamento e extinção da punibilidade, 144
- 33 Confisco, 145
- 34 Recurso, 145
- 35 Meios de investigação no crime organizado, 146
- 36 Entrega vigiada, 146

## 5 Da ação penal, 150

- 1 Classificação da ação penal segundo a titularidade ou legitimidade, 150
- 2 Natureza jurídica da ação penal, 151
- 3 Exemplos, 151
- 4 Contravenções penais, 152
- 5 Natureza jurídica da ação penal nos crimes contra o patrimônio, 152

- 6 Natureza jurídica da ação penal nos crimes contra a liberdade sexual, 153
- 7 Princípios que regem a ação penal pública, 153
  - 7.1 Princípio da legalidade ou obrigatoriedade, 153
  - 7.2 Princípio da indisponibilidade, 155
  - 7.3 Princípio da intranscendência, 156
  - 7.4 Princípio da divisibilidade, 156
  - 7.5 Princípio da oficialidade, 158
- 8 Princípios que regem a ação penal privada, 158
  - 8.1 Princípios da conveniência ou oportunidade e da disponibilidade, 158
  - 8.2 Princípio da intranscendência, 159
  - 8.3 Princípio da indivisibilidade, 159
- 9 Ação penal pública condicionada, 162
  - 9.1 Titularidade do direito de ação, 162
  - 9.2 Princípios, 162
  - 9.3 Denúncia e prazo, 162
  - 9.4 Representação e requisição: natureza jurídica, 163
  - 9.5 Representação, 163
  - 9.6 Requisição, 164
  - 9.7 Titularidade do direito de representação, 164
  - 9.8 Titularidade do direito de requisição, 166
  - 9.9 Prazo da representação, 166
- 10 Ação penal privada, 167
  - 10.1 Titularidade, 167
  - 10.2 Princípios, 167
  - 10.3 Queixa e prazo, 167
  - 10.4 Espécies de ação penal privada, 167
  - 10.5 Ação penal privada propriamente dita, 168
  - 10.6 Ação penal privada personalíssima, 169
  - 10.7 Ação penal privada subsidiária da pública, 169
  - 10.8 Despesas judiciais, 171
  - 10.9 O papel do Ministério Público na ação penal privada, 172
- 11 Outros tipos de ação penal, 173
  - 11.1 Ação penal popular, 173
  - 11.2 Ação penal *ex officio*, 173
- 12 Denúncia e queixa, 174
- 13 O que compete ao juiz apreciar ao despachar a inicial?, 174
- 14 Pressupostos da denúncia ou queixa, 175
- 15 Requisitos da denúncia ou queixa, 177

- 15.1 Partes, 178
- 15.2 Pedido, 178
- 15.3 Causa de pedir: teoria da substanciação *versus* teoria da individualização, 179
- 15.4 Rol de testemunhas, 181
- 15.5 Denúncia alternativa, 181
- 16 Condições da ação, 183
  - 16.1 Condições da ação genéricas e específicas, 183
  - 16.2 Condições de prosseguibilidade da ação penal, 185
  - 16.3 Natureza jurídica do esgotamento da esfera administrativa sobre a exigibilidade do crédito tributário, 185
  - 16.4 Consequência da ausência de condição da ação penal, 186
  - 16.5 Réu menor de 18 anos, 186
- 17 Pressupostos processuais, 187
- 18 Natureza jurídica da decisão de recebimento da denúncia ou queixa, 187
- 19 Recurso, 188
- 20 Causas de extinção da punibilidade, 188
  - 20.1 Renúncia, 190
  - 20.2 Decadência, 191
  - 20.3 Perempção, 192
  - 20.4 Desistência, 193
  - 20.5 Perdão do ofendido, 194

## **6 Da ação civil, 199**

- 1 *Actio civilis ex delicto*. Noções, 199
- 2 Pretensão punitiva e pretensão de ressarcimento, 200
- 3 Ação penal e *actio civilis ex delicto*, 200
- 4 A ação penal e a ação civil são independentes?, 201
- 5 Sistemas. Sistema pátrio, 202
- 6 Objeto da *actio civilis ex delicto*, 205
- 7 Influência da jurisdição penal sobre a civil, 205
- 8 Sentença penal absolutória, 206
- 9 Arquivamento de inquérito e extinção da punibilidade, 209
- 10 Lei 9.099/95, 210
- 11 Reparação do dano *ex delicto*, 210
- 12 Sentença condenatória estrangeira, 210
- 13 Sentença que concede o perdão judicial, 211
- 14 Revisão criminal, 211

## 7 Jurisdição e competência, 213

- 1 O significado da palavra *jurisdição*, 213
- 2 Conceito de jurisdição, 213
- 3 Quem exerce a jurisdição?, 213
- 4 Princípios que regem a jurisdição, 214
  - 4.1 Princípio da inércia e da ação ou demanda, 215
  - 4.2 Princípio do juiz natural, 215
  - 4.3 Princípio da inevitabilidade e irrecusabilidade, 216
  - 4.4 Princípio da indeclinabilidade ou inafastabilidade, 216
  - 4.5 Princípio da indelegabilidade, 217
  - 4.6 Princípio da improrrogabilidade, 217
  - 4.7 Princípio do impulso oficial, 217
  - 4.8 Princípio do devido processo legal, 218
  - 4.9 Princípio do duplo grau, 218
  - 4.10 Princípio da correlação, congruência ou equivalência, 218
- 5 Características da jurisdição, 219
- 6 Elementos ou poderes da jurisdição, 219
- 7 Classificações, 219
- 8 Conceito de competência, 220
- 9 Espécies de competência, 220
- 10 Competência relativa e competência absoluta, 221
- 11 Ofensa ao princípio da identidade física do juiz, 221
- 12 Competência por distribuição, 221
- 13 Competência por prevenção, 222
- 14 Quadro de competências, 222
- 15 Competência internacional, 222
- 16 Competência material, 225
  - 16.1 Justiça Militar Federal, 225
  - 16.2 Justiça Militar Estadual, 225
  - 16.3 Justiça Eleitoral, 226
  - 16.4 Justiça Comum Federal, 226
  - 16.5 Justiça Comum Estadual, 229
- 17 Competência territorial, 230
  - 17.1 Regra geral, 230
  - 17.2 Exceção, 230
  - 17.3 Casuística, 230
  - 17.4 Regras gerais, 231
  - 17.5 Competência por prevenção, 233

- 17.6 Foro subsidiário ou supletivo (competência pelo domicílio ou residência do réu), 234
- 17.7 Foro alternativo (nos crimes de ação penal exclusivamente privada), 234
- 17.8 Crimes cometidos fora do território nacional, crimes cometidos no território marítimo ou em alto-mar e crimes cometidos no espaço aéreo, 235
- 18 Competência por prerrogativa de função, 235
  - 18.1 Competência *ratione personae*. Noções gerais, 235
  - 18.2 A competência por prerrogativa de função e o princípio da igualdade, 236
  - 18.3 Foro especial e foro privilegiado, 236
  - 18.4 Competência originária, 236
  - 18.5 Competência penal, 237
  - 18.6 Princípios sobre a cassação (ou cessação) definitiva do exercício funcional, 237
  - 18.7 Foros especiais, 238
  - 18.8 Algumas observações, 240
    - 18.8.1 O TSE, 240
    - 18.8.2 Vereador, 240
    - 18.8.3 Crime e contravenção penal, 240
    - 18.8.4 Competência originária e o *locus delicti commissi*, 240
    - 18.8.5 Juiz de Direito do Estado de São Paulo que comete crime em outro Estado, 240
    - 18.8.6 Procedimento, 241
    - 18.8.7 Arquivamento do inquérito nos tribunais, 241
    - 18.8.8 Crime comum, 241
    - 18.8.9 Prefeitos municipais, 241
    - 18.8.10 Os arts. 86 e 87 do CPP, 241
    - 18.8.11 Crimes comuns e crimes de responsabilidade, 242
    - 18.8.12 Crimes de responsabilidade de Prefeitos e Vereadores, 242
    - 18.8.13 Crimes de responsabilidade de Presidente, Ministros de Estado, Ministros do STF e Procurador-Geral da República, 242
    - 18.8.14 Crimes de responsabilidade praticados por membros dos tribunais superiores e chefes de missão diplomática de caráter permanente, 242
    - 18.8.15 Crimes de responsabilidade praticados por governadores e secretários de Estado, 242
    - 18.8.16 Crimes de responsabilidade de Juízes Federais, 243
    - 18.8.17 Crimes de responsabilidade de desembargadores, 243



- 18.8.18 Pessoas que são julgadas pelos Tribunais de Justiça quando cometem crimes eleitoral ou militar ou da alçada da Justiça Comum Federal, 243
- 18.8.19 Pode um crime doloso contra a vida não ser julgado pelo Tribunal do Júri?, 243
- 18.9 O art. 85 e as questões que suscita, 243
- 19 Da competência funcional, 244
  - 19.1 Conceito, 244
  - 19.2 Modalidade de competência funcional, 245
  - 19.3 Competência funcional por fases do processo, 245
  - 19.4 Competência funcional por objeto do juízo, 245
  - 19.5 Competência funcional vertical, 246
- 20 Conexão e continência, 246
  - 20.1 Elementos da ação, 246
  - 20.2 Identidade de ações, 246
  - 20.3 Condições da ação, 246
  - 20.4 Conexão e continência: conceitos legais do CPC, 247
  - 20.5 Consequência, 247
  - 20.6 Conceito lato de conexão e de disjunção, 247
  - 20.7 Conexão e continência no direito processual penal, 248
  - 20.8 Efeito da conexão e continência, 248
  - 20.9 Motivos que determinam o *simultaneous processus*, 249
  - 20.10 Espécies, 249
  - 20.11 As regras para se fixar o *forum attractionis*, 250
  - 20.12 Súmulas, 252
  - 20.13 Controvérsia jurisprudencial, 252
  - 20.14 O princípio da *perpetuatio jurisdictionis*, 253
  - 20.15 Desclassificação quanto ao crime de sua competência própria no júri, 253
  - 20.16 É possível que o réu seja levado a júri por um único crime que não seja doloso contra a vida?, 254
  - 20.17 A união do processo é facultativa ou obrigatória?, 254
  - 20.18 União de processos com sentença definitiva, 255
  - 20.19 Conexão e continência entre crime de ação pública e de ação privada, 256
  - 20.20 Ritos diversos, 256
  - 20.21 Recurso, 256
- 21 Conflito de competência, 256
- 22 Conflito de atribuições entre membros do Ministério Público, 258



## **8 Das questões e processos incidentes, 267**

- 1 Das questões prejudiciais, 267
  - 1.1 Conceitos, 267
  - 1.2 Prejudicial sobre o estado civil das pessoas, 267
  - 1.3 Prazo máximo da suspensão do processo, 268
  - 1.4 Prejudicial sobre questão diversa do estado civil das pessoas, 268
  - 1.5 Consequência do descumprimento das normas contidas nos arts. 92 e 93, 269
  - 1.6 Recurso, 269
  - 1.7 Papel do Ministério Público, 269
  - 1.8 Iniciativa e competência, 269
- 2 Das exceções, 269
  - 2.1 Conceitos, 269
    - 2.1.1 Exceção, 269
    - 2.1.2 Exceção dilatória e exceção peremptória, 270
    - 2.1.3 Das causas de suspeição e impedimento, 270
  - 2.2 Oportunidade para a oposição das exceções, 271
  - 2.3 Ritos e processamento, 272
  - 2.4 Rito das exceções de suspeição e impedimento, 273
    - 2.4.1 Suspeição e impedimento de membro de tribunal, 274
    - 2.4.2 Suspeição e impedimento do órgão do Ministério Público, 275
    - 2.4.3 Suspeição e impedimento dos peritos, intérpretes e serventuários ou funcionários da justiça, 275
    - 2.4.4 Suspeição e impedimento da autoridade policial, 275
  - 2.5 Rito das exceções de incompetência relativa e peremptórias, 275
- 3 Das incompatibilidades e impedimentos, 276
- 4 Do conflito de jurisdição, 276
- 5 Da restituição das coisas apreendidas, 277
  - 5.1 Noções gerais, 277
  - 5.2 Restituição, 278
  - 5.3 Restituição feita pela autoridade policial, 280
  - 5.4 Restituição pela autoridade judicial, 280
  - 5.5 Direito do terceiro de boa-fé, 280
  - 5.6 Restituição de coisas facilmente deterioráveis, 280
- 6 Das medidas assecuratórias, 281
  - 6.1 Generalidades, 281
  - 6.2 O ofendido e as medidas assecuratórias, 282
  - 6.3 O sequestro, 282

- 6.4 Embargos ao sequestro, 284
- 6.5 Levantamento do sequestro, 284
- 6.6 Sequestro de móveis, 284
- 6.7 Sentença penal condenatória, 285
- 6.8 Hipoteca legal, 285
- 6.9 O arresto, 285
- 6.10 Sentença absolutória ou que julga extinta a punibilidade, 286
- 6.11 Sentença condenatória, 286
- 6.12 O sequestro na Lei de Lavagem de Dinheiro, 287
- 7 Do incidente de falsidade, 288
- 8 Da insanidade mental do acusado, 290
  - 8.1 Espécies de medidas de segurança, 290
  - 8.2 O incidente de sanidade mental, 290
  - 8.3 Semi-imputabilidade e inimputabilidade: consequências, 291
  - 8.4 Prazo das medidas de segurança, 291
  - 8.5 Superveniência de doença mental, 291
  - 8.6 Consequência da falta de realização do exame de sanidade mental, 292
  - 8.7 Consequência da falta de realização do exame de dependência toxicológica, 293

## 9 Da prova, 299

- 1 Conceitos, 299
  - 1.1 Prova ou elemento de prova, 299
  - 1.2 Meio de obtenção de prova ou de investigação e meio de prova, 300
  - 1.3 Fonte de prova, 302
  - 1.4 Objeto de prova, 302
    - 1.4.1 Os fatos notórios, 303
    - 1.4.2 Os fatos axiomáticos e intuitivos, 303
    - 1.4.3 Os fatos inúteis, 303
    - 1.4.4 As presunções, 303
    - 1.4.5 O fato incontroverso, 304
- 2 Resultado da prova, 304
- 3 Finalidade da prova, 305
- 4 Procedimento probatório, 305
- 5 Prova típica, atípica, irritual e anômala, 306
- 6 Princípios, 309
  - 6.1 Princípio da verdade processual, 309
  - 6.2 Princípio da inadmissibilidade da prova ilícita e o postulado da proporcionalidade, 311
  - 6.3 Princípio da motivação das decisões judiciais, 319

- 732 Direito à prova, 320
- 8 Sistemas probatórios, 320
- 9 O sistema pátrio, 321
- 10 Provas nominadas e provas inominadas, 321
- 11 Provas cautelares, não repetíveis e antecipadas, 322
- 12 Poder inquisitivo e poder instrutório do juiz. A inconstitucionalidade do art. 156, inc. I, do CPP, 324
- 13 Videoconferência, 328
  - 13.1 Precedentes, 328
  - 13.2 A Lei 11.900, de 8 de janeiro de 2009, 332
- 14 Limitações à prova, 334
- 15 Prova ilícita. Teoria de Nuvolone. Conceito legal, 335
- 16 Ilícitude do meio de investigação, da fonte, do meio e do elemento de prova, 336
- 17 Provas ilícitas por derivação, 337
- 18 As consequências da admissão da prova ilícita e as inovações introduzidas pela Lei 11.690, de 9 de junho de 2008, 339
- 19 Ônus da prova, 340
- 20 Prova emprestada, 341
- 21 A quebra do sigilo bancário pelo Ministério Público, 342
- 22 O bafômetro e o direito de não depor contra si, 345
- 23 Classificação das provas, 352
- 24 Das perícias, 353
  - 24.1 Conceito, 353
  - 24.2 Característica, 353
  - 24.3 Natureza jurídica, 354
  - 24.4 Importância, 354
  - 24.5 Direito à prova pericial, 355
  - 24.6 Exames periciais, 355
  - 24.7 O exame de corpo de delito, 355
    - 24.7.1 Corpo de delito: conceito, 355
    - 24.7.2 Distinção: auto de exibição e apreensão, exame de corpo de delito e laudo, 358
    - 24.7.3 Quando o exame de corpo de delito é indispensável?, 359
    - 24.7.4 Falta do exame de corpo de delito: consequências, 361
    - 24.7.5 Exame de corpo de delito indireto, 366
    - 24.7.6 Conflito aparente entre o princípio do livre convencimento e a exigência legal do exame de corpo de delito (art. 155, *caput*, versus art. 158, do CPP), 367

- 24.8 O contraditório na prova pericial, 368
- 24.9 Peritos e assistentes técnicos, 370
- 24.10 Quesitos, 373
- 24.11 Laudo, 374
- 24.12 Laudo imperfeito, 376
- 24.13 Homologação do laudo, 377
- 24.14 Valor da prova pericial, 379
- 25 Do interrogatório, 379
  - 25.1 Interrogatório e a Lei 10.792/03, 379
  - 25.2 Características, 380
  - 25.3 Interrogatório por precatória, 381
  - 25.4 Interrogatório por videoconferência, 382
  - 25.5 Ausência de citação e comparecimento espontâneo para o interrogatório, 383
  - 25.6 Réu menor, 383
  - 25.7 Súmula 523 do STF, 384
  - 25.8 Réu surdo-mudo, 384
  - 25.9 Falta de assinatura do termo, 385
  - 25.10 Conteúdo, 385
- 26 Da confissão, 386
  - 26.1 Conceito, 386
  - 26.2 Valor, 386
  - 26.3 Aceitação da proposta de transação penal e de suspensão condicional do processo, 386
  - 26.4 Espécies de confissão, 386
  - 26.5 Características, 387
  - 26.6 Momento, 387
  - 26.7 Caso em que o corréu é ao mesmo tempo vítima e em que na confissão ocorra também a delação, 387
- 27 Das declarações da vítima, 387
- 28 Das testemunhas, 388
  - 28.1 Quem pode ser testemunha?, 388
  - 28.2 Oportunidade para arrolar testemunhas, 391
  - 28.3 Contradita e arguição de defeito, 392
  - 28.4 Tomada antecipada de depoimento, 392
  - 28.5 Oitiva de testemunha por videoconferência, 393
- 29 Do reconhecimento, 393
- 30 Da acareação, 394
- 31 Dos documentos, 395

- 32 Dos indícios, 395
  - 32.1 Origem etimológica da palavra, 395
  - 32.2 Conceitos, 396
  - 32.3 Natureza jurídica, 397
  - 32.4 Outros conceitos: inferência, indução e dedução, 398
  - 32.5 Distinção: indício, presunção e suspeita, 398
  - 32.6 Valor probatório do indício, 400
- 33 Da busca e apreensão, 402
  - 33.1 Natureza jurídica, 402
  - 33.2 Requisitos, 403
  - 33.3 O *fumus boni juris*, 403
  - 33.4 O *periculum in perdere*, 404
  - 33.5 Finalidade, 404
  - 33.6 Conceito, 404
  - 33.7 Oportunidade, 404
  - 33.8 Iniciativa, 404
  - 33.9 Sujeito ativo, 405
  - 33.10 Sujeito passivo, 405
  - 33.11 Busca domiciliar, 405
  - 33.12 Busca domiciliar e a inviolabilidade do domicílio, 405
  - 33.13 Busca pessoal e o direito à intimidade, 406
  - 33.14 Pode ser realizada a busca em escritório de advogado?, 407
  - 33.15 E nas repartições públicas?, 408
  - 33.16 Busca de pessoa ou coisa em território de jurisdição alheia, 409

## **10 Dos sujeitos processuais, 413**

- 1 Do juiz, 413
- 2 Do Ministério Público, 418
- 3 Do defensor, 419
- 4 Dos assistentes, 420

## **11 Da prisão, da liberdade provisória e do *habeas corpus*, 424**

- 1 Prisão: conceito, 424
- 2 Direito à liberdade e prisão, 424
- 3 Direito e garantia, 424
- 4 Prisão legal: espécies, 425
- 5 Mandado de prisão, 426
- 6 Restrições legais quanto à prisão, 427
- 7 Cumprimento do mandado de prisão, 427



- 8 Direitos constitucionais do preso, 427
- 9 Quando se tem por realizada a prisão por mandado?, 428
- 10 Emprego de força, 429
- 11 Uso de algemas, 430
- 12 Cumprimento do mandado de prisão e inviolabilidade do domicílio, 431
- 13 Prisão por mandado e por precatória, 432
- 14 Prisão por via postal ou telegráfica, 432
- 15 Prisão por telefone, 433
- 16 Prisão em perseguição, 433
- 17 Custódia, 433
- 18 Prisão especial, 434
- 19 Da prisão civil, 437
  - 19.1 Conceito, 437
  - 19.2 Natureza jurídica, 437
  - 19.3 Restrição constitucional, 437
  - 19.4 A prisão civil do devedor alimentante, 438
  - 19.5 A prisão civil do depositário infiel, 438
  - 19.6 A inconstitucionalidade da prisão civil do depositário infiel, 438
  - 19.7 Local de cumprimento, 439
  - 19.8 Detração, 440
- 20 Da prisão disciplinar, 440
- 21 Da prisão administrativa, 440
  - 21.1 Cabimento, 440
  - 21.2 Finalidade, 441
  - 21.3 Remisso ou omissão, 441
  - 21.4 Revogação, 441
- 22 A prisão para extradição, 442
- 23 Da prisão processual, 443
  - 23.1 Natureza jurídica, 443
  - 23.2 Finalidade, 444
  - 23.3 Requisitos, 444
  - 23.4 Espécies, 444
  - 23.5 Característica, 444
- 24 Da prisão temporária, 445
  - 24.1 Fundamento legal, 445
  - 24.2 Cabimento, 445
  - 24.3 Quem pode decretá-la?, 447
  - 24.4 Iniciativa, 447



- 24.5 Prazo para a prolação da decisão, 447
- 24.6 Prazo da prisão, 447
- 24.7 Plantão judiciário, 447
- 24.8 Dispensa de alvará de soltura, 448
- 25 Prisão em flagrante, 448
  - 25.1 Conceito, 448
  - 25.2 Espécies, 448
    - 25.2.1 Flagrante próprio ou real, 448
    - 25.2.2 Flagrante impróprio ou quase-flagrante, 449
    - 25.2.3 Flagrante presumido ou ficto, 449
    - 25.2.4 Flagrante preparado ou provocado, 450
    - 25.2.5 Flagrante esperado, 450
    - 25.2.6 Flagrante forjado, 450
    - 25.2.7 Flagrante retardado, 450
  - 25.3 Sujeito ativo, 451
  - 25.4 Sujeito passivo, 451
  - 25.5 Prisão em flagrante nas infrações penais de menor potencial ofensivo, 452
  - 25.6 Prisão em flagrante nas infrações penais de que se livra solto (CPP, art. 321), 452
  - 25.7 Prisão em flagrante nos crimes de ação penal pública condicionada e nas hipóteses de ação privada, 453
  - 25.8 Prisão em flagrante nos crimes de trânsito, 453
  - 25.9 Prisão em flagrante nos crimes permanentes, 454
  - 25.10 Prisão em flagrante nos crimes habituais, 454
  - 25.11 Formalidades do auto de prisão em flagrante, 454
  - 25.12 Relaxamento da prisão, 460
  - 25.13 Relaxamento da prisão por excesso de prazo, 460
  - 25.14 Liberdade provisória, 462
  - 25.15 Fiança, 465
  - 25.16 Distinção: relaxamento da prisão, liberdade provisória e revogação da prisão, 465
  - 25.17 Ação autônoma de impugnação e recurso, 466
- 26 Da prisão preventiva, 466
  - 26.1 Fundamento legal, 466
  - 26.2 Requisitos, 467
  - 26.3 Pressupostos, 467
  - 26.4 Condições, 468
  - 26.5 Momento processual, 469

- 26.6 Competência, 469
- 26.7 Iniciativa, 469
- 26.8 Cabimento, 470
- 26.9 Prisão preventiva na decisão de pronúncia e sentença condenatória recorrível, 470
- 26.10 Fundamentação, 471
- 26.11 Recurso e ação autônoma de impugnação, 472
- 27 *Habeas corpus*, 472
  - 27.1 Origem histórica do instituto, 472
  - 27.2 A polêmica entre Ruy Barbosa e Pedro Lessa, 474
  - 27.3 Fundamento legal, 474
  - 27.4 Conceito, 475
  - 27.5 Distinção entre direito e garantia, 476
  - 27.6 Origem etimológica da expressão, 477
  - 27.7 Natureza jurídica, 477
  - 27.8 Semelhanças e diferenças entre recursos e ações autônomas de impugnação, 478
  - 27.9 Terminologia, 478
  - 27.10 Espécies de *habeas corpus*, 479
  - 27.11 Espécies de pedido, 479
  - 27.12 Requisitos do *habeas corpus*, 480
  - 27.13 Condições da ação, 480
    - 27.13.1 *Legitimatio ad causam* e legitimidade passiva, 480
    - 27.13.2 Interesse de agir, 482
    - 27.13.3 Possibilidade jurídica do pedido, 484
  - 27.14 Pressupostos processuais, 484
    - 27.14.1 Capacidade postulatória, 484
    - 27.14.2 Competência, 485
    - 27.14.3 Petição inicial, 487
    - 27.14.4 Rito, 488
  - 27.15 Quando o constrangimento é ilegal?, 489
    - 27.15.1 Falta de justa causa, 490
    - 27.15.2 Excesso de prazo da prisão, 491
    - 27.15.3 Indeferimento do pedido de liberdade provisória com fiança, 495
  - 27.16 Reiteração e coisa julgada, 496
  - 27.17 Fuga, 496
  - 27.18 Efeito extensivo, 497
  - 27.19 Sanções, 497

- 27.20 *Habeas corpus* em pedido de extradição, 498
- 27.21 *Habeas corpus* na execução penal, 498
  - 27.21.1 *Habeas corpus* para obtenção dos benefícios da LEP, 498
  - 27.21.2 *Habeas corpus* para progressão de regime após o cumprimento de um sexto da pena nos crimes hediondos e equiparados, 499
  - 27.21.3 *Habeas corpus* e comutação de penas, 502
- 28 O mandado de segurança criminal, 502

## 12 Da citação e intimação, 510

- 1 Conceitos, 510
- 2 Quem pode ser citado?, 510
- 3 Consequências da falta de citação, 511
- 4 Consequências do não comparecimento do réu ao interrogatório, 511
- 5 Efeitos da citação válida, 511
- 6 Espécies de citação, 512
- 7 Citação por mandado, 513
- 8 Citação por precatória, 514
- 9 Citação por intermédio do chefe do respectivo serviço, 515
- 10 Citação do réu preso, 515
- 11 Citação por rogatória, 515
- 12 Citação ficta, 516
- 13 O art. 366 do CPP com a redação dada pela Lei 9.271, de 17 de abril de 1996, 518
  - 13.1 Introdução, 518
  - 13.2 Antecedentes, 518
  - 13.3 Fundamentos, 518
  - 13.4 Requisitos, 519
  - 13.5 Efeitos, 519
  - 13.6 Natureza jurídica da norma, 520
  - 13.7 Aplicação da lei no tempo, 520
  - 13.8 Prazo da suspensão, 521
  - 13.9 Produção antecipada das provas consideradas urgentes, 522
  - 13.10 Réu que se oculta para não ser citado, 524
  - 13.11 Constituição de defensor na fase do inquérito policial, 524
  - 13.12 Prisão preventiva, 524
  - 13.13 Revelia, 525
  - 13.14 A Lei 11.719/08 e a releitura necessária do art. 366 do CPP, 526
  - 13.15 Lei 9.613, de 3 de março de 1998, 526

- 14 A citação nos juizados especiais criminais, 527
- 15 Intimação, 527
- 16 A Lei Estadual 11.608, de 29 de dezembro de 2003, a taxa judiciária e a intimação de testemunhas, 528
- 17 Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006, 531
  - 17.1 Intimação por meio eletrônico, 531
  - 17.2 O processo eletrônico, 531
  - 17.3 Petições, recursos e outros atos processuais, 532
- 18 Intimação do réu preso para a audiência de instrução e julgamento, 532
- 19 Intimação da sentença, 533
  - 19.1 Intimação do Ministério Público, 533
  - 19.2 Intimação da sentença ao réu e seu defensor, 534
  - 19.3 Intimação da sentença ao querelante ou assistente, 534
- 20 Intimação da decisão de pronúncia, 534
- 21 A intimação nos juizados especiais criminais, 535
- 22 Prazos, 535

### 13 Sentença e coisa julgada, 540

- 1 Conceito de sentença, 540
- 2 Significado das expressões *sentença definitiva* e *sentença terminativa*, 540
- 3 Espécies de decisões, 541
- 4 Prazos, 541
- 5 Natureza jurídica, 541
- 6 Finalidade, 542
- 7 Recurso, 542
- 8 Espécies de sentença, 542
- 9 O Provimento 653/99 do Conselho Superior da Magistratura, 544
- 10 Sentenças subjetiva e objetivamente simples e complexas, 545
- 11 Requisitos da sentença e natureza jurídica da decisão liminar, 545
  - 11.1 Requisitos da sentença, 545
  - 11.2 Natureza jurídica da decisão que recebe e da que rejeita a denúncia ou queixa, 546
  - 11.3 Dispensa de fundamentação da decisão que recebe a denúncia ou queixa, 546
  - 11.4 Fundamentação da sentença absolutória, 547
  - 11.5 Fundamentação da sentença condenatória, 547
  - 11.6 Falta de fundamentação, 547
  - 11.7 Exceções, 548
- 12 Embarginhos, 549

- 13 Princípio da correlação, da congruência ou da equivalência, 549
  - 13.1 Significado do princípio e consequência de sua inobservância. A regra da *imutatio libelli*, 549
  - 13.2 Teoria da substanciação *versus* teoria da individuação e o princípio *juris novit curia*, 549
  - 13.3 *Emendatio libelli* e *mutatio libelli*, 550
- 14 *Emendatio libelli* (art. 383), 550
- 15 *Mutatio libelli* (art. 384), 553
- 16 Sentença absolutória, 561
  - 16.1 Fundamento legal, 561
  - 16.2 Espécies, 561
  - 16.3 Sentença absolutória própria, 561
  - 16.4 Sentença absolutória imprópria, 561
  - 16.5 Sentença absolutória sumária, 562
  - 16.6 Sentença absolutória sumaríssima, 562
  - 16.7 Inimputabilidade, 562
  - 16.8 Extinção da punibilidade, 563
  - 16.9 Circunstâncias que excluem o crime ou isentam o réu de pena, 563
  - 16.10 A inovação trazida pela Lei 11.690, de 9 de junho de 2008, 564
  - 16.11 Importância da fundamentação, 564
  - 16.12 Efeitos da sentença absolutória recorrível, 565
  - 16.13 Efeito da sentença absolutória irrecorrível, 565
- 17 Sentença condenatória, 565
  - 17.1 Fundamento legal, 565
  - 17.2 Conteúdo da sentença condenatória, 566
  - 17.3 Penas e sua aplicação, 566
  - 17.4 Aplicação da pena privativa de liberdade e do regime prisional inicial, 567
    - 17.4.1 Critério trifásico, 567
    - 17.4.2 Primeira fase: circunstâncias judiciais (fixação da pena-base), 568
    - 17.4.3 Segunda fase: circunstâncias agravantes e atenuantes genéricas, 569
    - 17.4.4 Terceira fase: causas de aumento e de diminuição, 569
    - 17.4.5 Distinção: antecedente, reincidência e primariedade técnica, 570
    - 17.4.6 Fixação do regime inicial, 570
  - 17.5 Aplicação das penas restritivas de direito, 574
    - 17.5.1 Substituição: requisitos legais (CP, art. 44), 574



- 17.5.2 Crimes hediondos e equiparados e tráfico, 575
- 17.5.3 Distinção: pena substitutiva e pena alternativa, 576
- 17.5.4 Distinção: substituição e conversão, 576
- 17.6 Aplicação da multa, 576
- 17.7 Importância da fundamentação, 577
- 17.8 Efeito da sentença condenatória recorrível: prisão preventiva, 577
- 17.9 Efeitos da sentença condenatória irrecorrível, 578
- 17.10 Omissão da sentença quanto à pena, ao regime inicial, à pena substitutiva, ao *sursis* do processo ou da pena, 580
- 17.11 Momento da interrupção do prazo prescricional, 580
- 18 Publicação da sentença, 581
- 19 Intimação da sentença, 581
- 20 Coisa julgada, 581
  - 20.1 Conceito, 581
  - 20.2 Coisa julgada formal, coisa julgada material, coisa soberanamente julgada e coisa julgada sucessiva, 581
  - 20.3 Flexibilização da coisa julgada no processo penal, 582
  - 20.4 Coisa julgada e preclusão *pro judicato*, 582
  - 20.5 Meios de impugnação de decisões antes e depois da coisa julgada, 582
  - 20.6 Sentença condenatória e a cláusula *rebus sic stantibus*, 583
  - 20.7 Limites subjetivos da coisa julgada, 583
  - 20.8 Limites objetivos da coisa julgada, 584

## 14 Procedimentos, 594

- 1 Introdução, 594
- 2 Dos ritos comuns, 595
  - 2.1 Rito ordinário, 595
  - 2.2 Rito sumário, 597
  - 2.3 Rito sumaríssimo, 598
- 3 Do processo dos crimes de competência do júri, 598
  - 3.1 Da acusação e da instrução preliminar, 598
  - 3.2 Da pronúncia (e despronúncia), da impronúncia, da desclassificação e da absolvição sumária, 599
  - 3.3 Da instrução e julgamento, 602
  - 3.4 Do julgamento em plenário, 603
  - 3.5 Ordem legal dos quesitos, 605
    - 3.5.1 A materialidade do fato e o nexo de causalidade, 606
    - 3.5.2 Concurso de pessoas, 607
    - 3.5.3 Obrigatoriedade do quesito genérico sobre a absolvição, 607



- 11. Eficácia 3.5.4 Inimputabilidade, 608
- 12. Eficácia 3.5.5 Desclassificação, 609
- 13. 3.6 O sigilo do voto: interpretação do art. 483 do CPP, 611
- 14. 3.7 Inadmissibilidade da leitura da pronúncia em plenário do júri, 613
- 15. 3.8 Algumas observações finais, 613
- 4 Do processo e julgamento dos crimes de responsabilidade de funcionários públicos, 614
  - 4.1 Dos crimes de responsabilidade de funcionários públicos, 614
  - 4.2 Funcionário público: conceito, 614
  - 4.3 Natureza jurídica da ação penal, 614
  - 4.4 Âmbito de aplicação do rito especial, 614
  - 4.5 Atos que compõem o rito especial, 615
  - 4.6 Defesa preliminar, 615
- 5 Do processo e julgamento dos crimes contra a honra, 616
  - 5.1 Dos crimes contra a honra, 616
  - 5.2 Natureza da ação penal nos crimes contra a honra, 617
  - 5.3 Atos que compõem o rito especial, 617
  - 5.4 Peculiaridades do rito especial, 618
  - 5.5 Pedido de explicações, 618
  - 5.6 Audiência de conciliação, 619
  - 5.7 Exceção da verdade, 620
- 6 Do processo e julgamento dos crimes contra a propriedade imaterial, 621
  - 6.1 Dos crimes contra a propriedade imaterial, 621
  - 6.2 Natureza jurídica da ação penal, 621
  - 6.3 Peculiaridades do rito especial, 622
  - 6.4 Do laudo de exame de corpo de delito, 623
  - 6.5 Da busca e apreensão, 623
  - 6.6 Prazo para o oferecimento da queixa, 623
  - 6.7 Prova do direito à ação, 624
  - 6.8 Lei 10.695, de 1ª de julho de 2003, 624
- 7 Ritos especiais previstos em leis especiais, 624
  - 7.1 Dos crimes de tóxico, 624
  - 7.2 Das infrações penais de menor potencial ofensivo, 626
  - 7.3 Dos crimes de violência doméstica, 627

## 15 Das nulidades, 639

- 1 Princípios que regem a Teoria Geral das Nulidades, 639
  - 1.1 Princípio das formas ou da tipicidade das formas, 639
  - 1.2 Princípio do prejuízo ou da instrumentalidade das formas, 639

- 1.3 Princípio da causalidade ou consequencialidade, 642
- 1.4 Princípio do aproveitamento ou da convalidação dos atos processuais, 643
- 1.5 Princípio do interesse, 644
- 2 Vícios dos atos processuais penais, 644
  - 2.1 Noções gerais, 644
  - 2.2 Ato inexistente, 647
  - 2.3 Nulidade absoluta, 647
  - 2.4 Nulidade relativa, 648
  - 2.5 Mera irregularidade, 648
- 3 Decretação da nulidade, terminologia e efeitos, 649
- 4 Ato nulo e nulidade do processo: distinção. Nulidade parcial, 649
- 5 Tendência doutrinária, 650
- 6 Arts. 395 e 564 do CPP, 650
- 7 Súmula 160 do STF, 651

## 16 Teoria geral dos recursos, 654

- 1 Justiça *versus* certeza, 654
- 2 Os fundamentos jurídicos do duplo grau, 655
- 3 O fundamento político do duplo grau, 655
- 4 O duplo grau como princípio implícito da Constituição Federal, 656
- 5 Conceito de recurso, 656
- 6 Características dos recursos, 657
- 7 Hipóteses de cabimento de recurso de ofício, 657
- 8 Natureza jurídica dos recursos, 659
- 9 Classificações, 659
- 10 Princípios gerais dos recursos, 659
  - 10.1 A taxatividade dos recursos, 659
  - 10.2 A unirrecorribilidade das decisões, 660
  - 10.3 Variabilidade dos recursos e preclusão consumativa, 660
  - 10.4 Fungibilidade dos recursos, 661
  - 10.5 Complementariedade, 661
  - 10.6 Dialeticidade dos recursos, 662
  - 10.7 A disponibilidade dos recursos, 662
  - 10.8 Irrecorribilidade das decisões interlocutórias simples, 663
  - 10.9 A personalidade dos recursos, 663
  - 10.10 Personalidade dos recursos e proibição da *reformatio in pejus*, 663
  - 10.11 Nulidade da sentença e proibição da denominada *reformatio in pejus* indireta, 664

- 11 Efeitos dos recursos, 665
- 12 Juízo de admissibilidade e juízo de mérito, 665
- 13 Juízo de admissibilidade: competência, natureza e efeitos, 666
- 14 Juízo de mérito: competência e efeito, 666
- 15 Requisitos de admissibilidade dos recursos, 667
  - 15.1 Condições dos recursos, 667
  - 15.2 Pressupostos recursais, 667
  - 15.3 Legitimidade para recorrer, 667
  - 15.4 Interesse em recorrer, 669
  - 15.5 Possibilidade jurídica do recurso (cabimento), 671
  - 15.6 Regularidade da forma de interposição dos recursos, 671
  - 15.7 Tempestividade, 672
  - 15.8 Ausência de fatos impeditivos ou extintivos, 675
- 17 Dos recursos em espécie, 679
  - 1 Apelação, 679
    - 1.1 Origem da palavra, 679
    - 1.2 Conceito, 679
    - 1.3 Características, 679
    - 1.4 Apelação sumária e ordinária, 680
    - 1.5 Cabimento, 680
    - 1.6 Fundamento legal, 680
    - 1.7 Apelação vinculada, 681
      - 1.7.1 Fundamento legal, 681
      - 1.7.2 Submissão do réu a novo julgamento e o princípio constitucional da soberania do veredicto, 682
      - 1.7.3 Fundamentação vinculada das apelações do Júri, 683
      - 1.7.4 Segunda apelação pelo mérito, 683
      - 1.7.5 Conceito de “mesmo motivo”, 683
      - 1.7.6 Conceito de julgamento manifestamente contrário à prova dos autos, 683
      - 1.7.7 Apelação da defesa das decisões do Tribunal do Júri nos casos de homicídio qualificado, 684
    - 1.8 Recurso contra decisão que recebe e rejeita a denúncia ou queixa, 684
    - 1.9 Súmula 707 do STF, 684
    - 1.10 Peculiaridades da apelação, 685
    - 1.11 Efeitos, 686
  - 2 Recurso em sentido estrito, 686
    - 2.1 Cabimento, 686

- 2.2 Fundamento legal, 686
- 2.3 Recurso contra decisão que recebe e rejeita a denúncia ou queixa, 688
- 2.4 Recurso contra a decisão de pronúncia e de desclassificação, 689
- 2.5 Recurso contra a decisão que acolhe exceção, 689
- 2.6 Princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias simples, 690
- 2.7 Decisão que decreta extinta a punibilidade, 690
- 2.8 Decisão que decreta a nulidade do processo, 690
- 2.9 Decisão que incluir ou excluir jurado na lista geral, 690
- 2.10 O rol do art. 581 é taxativo?, 691
- 2.11 Efeitos, 691
- 2.12 Processamento, 691
- 3 Agravos, 692
- 4 Carta testemunhável, 692
- 5 Embargos infringentes e de nulidade, 693
- 6 Embargos de declaração, 695
- 7 Correição parcial, 697
  - 7.1 Cabimento e previsão legal, 697
  - 7.2 Natureza jurídica, 697
  - 7.3 Controvérsia sobre a constitucionalidade, 698
  - 7.4 Exemplos, 698
  - 7.5 Procedimento, 699
  - 7.6 Efeitos, 699

## 18 Revisão criminal, 702

- 1 Natureza jurídica, 702
- 2 Conceito, 702
- 3 Condições da ação, 703
  - 3.1 Legitimidade, 703
    - 3.1.1 Falecimento do réu, 703
    - 3.1.2 Legitimidade concorrente e disjuntiva, 703
    - 3.1.3 O convivente pode requerer a revisão?, 704
    - 3.1.4 O Ministério Público pode requerer a revisão?, 704
    - 3.1.5 Legitimidade passiva, 704
  - 3.2 Interesse de agir, 704
    - 3.2.1 Cabimento da revisão para alterar o fundamento de sentença absolutória, 705
    - 3.2.2 Certidão do trânsito em julgado da sentença condenatória, 705
  - 3.3 Possibilidade jurídica do pedido, 705

- 3.3.1 Revisão da sentença definitiva em sentido estrito que decreta extinta a punibilidade, 706
    - 3.3.2 Reiteração do pedido, 706
    - 3.3.3 Condenação pelo júri, 706
  - 4 As hipóteses de cabimento, 706
    - 4.1 Violação de texto expresso da lei penal ou contrariedade à evidência dos autos, 707
    - 4.2 Sentença fundada em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos, 708
    - 4.3 Descoberta de novas provas a favor do réu, 708
  - 5 Pressupostos processuais, 709
    - 5.1 Capacidade postulatória, 709
    - 5.2 Desnecessidade de recolhimento à prisão, 709
    - 5.3 Inexistência de prazo decadencial, 709
    - 5.4 Competência, 709
  - 6 Procedimento, 710
    - 6.1 Processamento, 710
    - 6.2 Ônus da prova, 711
    - 6.3 Efeitos do ajuizamento da revisão, 711
  - 7 A sentença do processo revisional, 711
  - 8 Indenização por erro judiciário, 711
  - 9 O agravamento da pena e a *reformatio in pejus* indireta, 712
  - 10 Recursos, 713
  - 11 Coisa julgada, 713
- 19 Execução penal, 716**
- 1 Introdução, 716
    - 1.1 Conceito, 716
    - 1.2 Objeto, 716
    - 1.3 Finalidade da pena e a Teoria da Nova Defesa Social, 717
    - 1.4 Natureza jurídica, 717
    - 1.5 Aplicação da lei de execução penal no tempo, 718
    - 1.6 A Lei 7.210/84 e seu âmbito de aplicação, 720
    - 1.7 Cooperação da comunidade, 721
    - 1.8 Princípios, 722
  - 2 Do condenado e do internado, 724
    - 2.1 Da classificação, 724
    - 2.2 Da assistência, 725
  - 3 Do trabalho, 726



- 3.1 Disposições gerais, 726
- 3.2 Trabalho interno e externo, 727
- 4 Dos deveres, dos direitos e da disciplina, 728
  - 4.1 Dos deveres, 728
  - 4.2 Dos direitos, 728
  - 4.3 Da disciplina, 729
    - 4.3.1 Das faltas disciplinares graves, 729
    - 4.3.2 Do regime disciplinar diferenciado (RDD), 730
    - 4.3.3 Das sanções disciplinares e recompensas, 731
    - 4.3.4 Da aplicação das sanções, 731
  - 4.4 Do processo disciplinar, 732
  - 4.5 Súmula vinculante 9, 733
- 5 Dos órgãos da execução penal, 733
  - 5.1 Disposições gerais, 733
  - 5.2 Do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, 733
  - 5.3 Do juízo da execução, 734
  - 5.4 Do Ministério Público, 736
  - 5.5 Do Conselho Penitenciário, 737
  - 5.6 Dos Departamentos penitenciários, 737
  - 5.7 Do Patronato, 738
  - 5.8 Do Conselho da Comunidade, 739
- 6 Dos estabelecimentos prisionais, 739
  - 6.1 Disposições gerais, 739
  - 6.2 Espécies de estabelecimentos penais, 740
  - 6.3 Da remoção ou transferência, 741
- 7 Penas segundo a Constituição Federal, 743
  - 7.1 Penas que a Constituição Federal permitiu, 743
  - 7.2 Penas que a Constituição Federal proibiu, 743
  - 7.3 Penas que o Código Penal regulamentou, 743
- 8 Da execução das penas em espécie, 744
  - 8.1 Introdução, 744
  - 8.2 Competência para a execução, 745
  - 8.3 Guia de recolhimento e guia de execução, 745
  - 8.4 Processo de execução provisório, 746
- 9 Da execução das penas privativas de liberdade, 747
  - 9.1 Espécies de penas privativas de liberdade, 747
    - 9.1.1 Da suspensão condicional da pena, 747
    - 9.1.2 O cálculo de liquidação da pena, 749



- 9.1.3 Efeitos da soma das penas, 751
- 9.1.4 Benefícios e incidentes, 752
- 9.2 Espécies de regimes prisionais, 752
  - 9.2.1 Do regime inicial, 755
  - 9.2.2 Da progressão, 757
  - 9.2.3 Da regressão, 759
  - 9.2.4 Unificação de penas, 760
  - 9.2.5 Unificação especial, 760
  - 9.2.6 Detração, 761
- 9.3 Das autorizações de saída, 761
- 9.4 Remição, 763
- 9.5 Do livramento condicional, 765
- 10 Das penas restritivas de direito, 767
  - 10.1 Disposições gerais, 767
  - 10.2 Da prestação de serviços à comunidade, 768
  - 10.3 Da limitação de fim de semana, 768
  - 10.4 Da interdição temporária de direitos, 768
  - 10.5 Da prestação pecuniária, 769
  - 10.6 Da perda de bens e valores, 769
  - 10.7 Da aplicação das penas restritivas de direitos, 769
  - 10.8 Crimes hediondos e equiparados. Tráfico, 770
  - 10.9 Distinção: pena substitutiva e pena alternativa, 771
  - 10.10 Distinção: substituição e conversão, 771
- 11 Da pena de multa, 772
  - 11.1 Introdução, 772
  - 11.2 Multas cumulativas, 774
  - 11.3 Correção monetária, 774
  - 11.4 Execução da multa, 775
  - 11.5 Penhora de bens imóveis e penhora de outros bens, 775
  - 11.6 Superveniência de doença mental, 775
  - 11.7 Insolvência e desconto, 775
  - 11.8 Parcelamento em prestações, 776
  - 11.9 A multa reparatória, 777
- 12 Da execução das medidas de segurança, 777
  - 12.1 Disposições gerais, 777
  - 12.2 Da cessação da periculosidade, 778
  - 12.3 Da prescrição, 779
  - 12.4 Aplicação das medidas de segurança, 779

- 12.5 Prazo, 779
- 12.6 Superveniência de doença mental do condenado, 780
- 12.7 Conversão de tratamento ambulatorial em internação, 780
- 12.8 Execução das medidas de segurança, 780
- 12.9 Guia de internação, 781
- 12.10 Exame de periculosidade, 781
- 12.11 Relatório e laudo, 782
- 12.12 Procedimento, 782
- 12.13 Antecipação do exame, 782
- 12.14 Condições, 783
- 12.15 Desinternação e liberação, 783
- 13 Da instauração do incidente para apuração de excesso ou desvio, 783
  - 13.1 Objeto, 783
  - 13.2 Competência, 783
  - 13.3 Finalidade, 784
  - 13.4 Legitimação, 784
  - 13.5 Processo e procedimento judicial, 784
  - 13.6 Processamento, 785
- 14 Recursos e ações autônomas de impugnação, 785
  - 14.1 Agravo em execução, 785
  - 14.2 *Habeas corpus*, 786
  - 14.3 Recurso extraordinário e especial, 786

## 20 Dos Juizados Especiais Criminais, 797

- 1 A Lei 9.099/95, 797
  - 1.1 Antecedentes, 797
  - 1.2 O fundamento constitucional, 798
  - 1.3 Competência legislativa, 798
  - 1.4 Breve histórico da lei, 799
  - 1.5 As quatro medidas despenalizadoras, 800
  - 1.6 Mudança de rumo na política de segurança pública, 801
  - 1.7 Críticas à lei, 802
  - 1.8 Estrutura da lei, 804
- 2 Disposições gerais, 804
  - 2.1 A expressão *Justiça Ordinária* no art. 1º da Lei 9.099/95, 804
  - 2.2 Critérios que regem o processo perante o Juizado Especial Criminal, 805
  - 2.3 Objetivos da Lei 9.099/95, 805
- 3 Dos Juizados Especiais Criminais, 805
  - 3.1 Composição, 805

- 3.2 Competência, 806
  - 3.2.1 Competência funcional, 806
  - 3.2.2 Competência material, 807
  - 3.2.3 Competência territorial, 808
- 4 Dos atos processuais, 809
  - 4.1 Registro dos atos processuais e a gravação dos atos da audiência, 809
  - 4.2 Atos de comunicação, 809
  - 4.3 Da necessidade de comparecimento à audiência preliminar acompanhado de advogado, 809
  - 4.4 Terminologia, 809
  - 4.5 Consequência da ausência injustificada das partes à audiência, 810
  - 4.6 Intimação do responsável civil, 810
- 5 Dispensa do inquérito policial, 811
  - 5.1 O termo circunstanciado de ocorrência, 811
  - 5.2 Conteúdo do termo circunstanciado, 812
  - 5.3 Cabe prisão em flagrante em infração penal de menor potencial ofensivo?, 813
- 6 Da fase preliminar, 813
  - 6.1 Da audiência preliminar (art. 72), 813
  - 6.2 Composição civil (art. 74), 814
  - 6.3 Recurso contra a sentença que homologa a composição civil, 814
  - 6.4 Momento para colheita da representação (art. 75), 815
  - 6.5 Transação penal (art. 76), 815
  - 6.6 Requisitos da transação penal, 817
  - 6.7 Aceitação da proposta. Conflitos de vontades, 817
  - 6.8 Consequências do descumprimento da transação penal, 817
  - 6.9 Natureza jurídica da sentença que homologa a transação penal, 819
  - 6.10 Recurso contra a sentença que homologa a transação penal, 820
  - 6.11 Concurso de crimes, 820
  - 6.12 *Plea bargaining* e *guilty plea*, 820
  - 6.13 A proposta de transação penal: dever ou faculdade do Ministério Público?, 821
  - 6.14 Transação penal nos crimes de ação penal privada, 821
- 7 Do procedimento sumaríssimo, 823
  - 7.1 O rito sumaríssimo (arts. 77 a 83) com as alterações introduzidas pela Lei 11.719/08, 823
  - 7.2 Recursos (arts. 82 e 83), 824
  - 7.3 Turmas recursais, 825
  - 7.4 Mandado de segurança e *habeas corpus*. Competência, 825

- 7.5 Competência para o julgamento de *habeas corpus* impetrado contra Turma Recursal, 826
- 7.6 Recurso em sentido estrito. Recurso especial e recurso extraordinário. Cabimento. Controvérsias, 826
- 8 Das disposições finais, 828
  - 8.1 Conteúdo da seção, 828
  - 8.2 Natureza jurídica da ação penal nos crimes de lesão corporal leve e culposa, 828
  - 8.3 Desclassificação da infração e a exigência de representação, 829
  - 8.4 O art. 89, 830
- 9 Da suspensão condicional do processo, 831
  - 9.1 Requisitos e oportunidade, 831
  - 9.2 Diferenças entre a suspensão condicional do processo e a suspensão condicional da pena, 833
  - 9.3 Diferença entre a suspensão condicional do processo e o *probation* e o *guilty plea*, 834
  - 9.4 Diferença entre a suspensão condicional do processo e o *plea bargaining*, 834
  - 9.5 Diferença entre a suspensão condicional do processo e a transação, 834
  - 9.6 Princípios que regem a transação penal e a suspensão condicional do processo, 835
  - 9.7 Audiência de aceitação, 835
  - 9.8 Condições, 836
  - 9.9 Revogação obrigatória, 836
  - 9.10 Revogação facultativa, 837
  - 9.11 Consequência do descumprimento imotivado das condições fixadas, 837
  - 9.12 Extinção da punibilidade, 837
  - 9.13 Prescrição, 838
  - 9.14 Suspensões condicionais do processo simultâneas, 838
  - 9.15 Nova suspensão do processo, 839
  - 9.16 Constitucionalidade da suspensão condicional do processo, 839
  - 9.17 Natureza jurídica da decisão que decreta a suspensão do processo e o recurso cabível, 839
  - 9.18 Fiscalização das condições, 840
- 10 Legislação especial, 840
  - 10.1 Lei ambiental, 840
  - 10.2 Violência doméstica, 841
  - 10.3 Crimes de trânsito, 843
  - 10.4 Estatuto do Idoso, 845

Bibliografia, 853